

# **PORTARIA Nº 687 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1995 - (REVOGADA)**

(Publicada no Diário Oficial de 21/12/1995)

Alterada pela Portaria nº 26/96.

A Portaria nº 344/95, com efeitos a partir de 01/07/95, prorroga o prazo para pagamento do IPVA, para o exercício de 1995, referente aos veículos da capital e do interior do Estado, cuja placa tenha terminação no algarismo 0 (zero), de acordo com a dezena final da placa do veículo, conforme anexo I desta Portaria.

A Instrução Normativa nº 04/96, com efeitos a partir de 17/01/96, inclui no Anexo II desta Portaria, o veículo modelo Fiat 175 Coupe 16V, 1995 de base de cálculo 1339,72 UPF.

Esta Portaria foi revogada a partir de 31/12/96 pela Portaria nº 666/96, publicada no DOE de 14 e 15/12/96.

**Dispõe sobre as Tabelas de Valores venais para determinação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, no exercício de 1996, e dá outras providências.**

**O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições, com base na Lei 6.348, de 17 de dezembro de 1991 e no Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - RIPVA, aprovado pelo Decreto nº 902, de 30 de dezembro de 1991,

## **RESOLVE**

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Os valores venais que servirão de base de cálculo para o pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, no exercício de 1996, serão os constantes dos anexos I a IV desta Portaria, na forma do previsto no § 3º, do artigo 9º do RIPVA.

**Art. 2º** Para o licenciamento do exercício de 1996, o Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN expedirá carta aos proprietários de veículos, indicando, se for o caso, a existência de débitos de imposto e/ou multas nos respectivos exercícios.

**Nota:** A redação atual do art. 2º foi dada pela Portaria nº 26, de 23/01/96, DOE de 24/01/96, efeitos a partir de 24/01/96.

#### **Redação original, efeitos até 23/01/96:**

*"Art. 2º O Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN não emitirá, no exercício de 1996, o Documento Integrado de Licenciamento de Veículos - DILV, sem que haja pedido formal do interessado, quando:*

*I - os veículos se encontrarem em débito do imposto referente a exercícios anteriores;*

*II - os veículos forem de propriedade de pessoas ou entidades que gozem de imunidade ou isenção do tributo.*

*§ 1º O DETRAN expedirá carta específica aos proprietários de veículos que estejam circunscritos*

à norma do "caput" deste artigo.

§ 2º A carta de que trata o parágrafo antecedente será emitida em duas vias sendo uma delas destinada ao proprietário do veículo e outra encaminhada ao agente arrecadador, em substituição ao DILV, até a sua emissão.

§ 3º Ocorrendo a hipótese do veículo se encontrar na situação descrita neste artigo, o proprietário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data prevista para o vencimento do imposto e/ou licenciamento, referente ao exercício de 1996, deverá:

I - observar o disposto no artigo 18 desta Portaria, na situação descrita no inciso I do "caput" deste artigo, após o que deverá proceder na forma da alínea "a" do inciso seguinte;

II - comparecer à sede do DETRAN ou a uma das suas circunscrições, para:

a) solicitar a emissão do DILV para pagamento do imposto e licenciamento do veículo, quando se tratar de indicação de débitos de exercícios anteriores observadas as disposições dos artigos 6º, 7º, 8º e 10 desta Portaria;

b) solicitar a emissão do DILV para licenciamento, quando se tratar de veículos dispostos no artigo 15 desta Portaria."

## **CAPÍTULO II**

### **DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO**

**Art. 3º** Os valores de base de cálculo, constantes dos anexos de que trata o artigo 1º desta Portaria, são expressos em Unidade Padrão Fiscal do Estado da Bahia - UPF/BA.

§ 1º Ocorrendo a hipótese de inexistência de marcas e modelos nos respectivos anos, constantes dos anexos previstos no artigo 1º, os valores de base de cálculo não deverão ser considerados.

§ 2º Para efeito do 1º (primeiro) lançamento do IPVA relativo a veículo usado importado por empresa revendedora, a base de cálculo será o valor venal constante da Nota Fiscal de venda para consumo, devendo o imposto ser calculado proporcionalmente aos meses que faltarem para o final do exercício.

## **CAPÍTULO III**

### **SEÇÃO I**

### **DA APURAÇÃO DO IMPOSTO DEVIDO**

#### **SUBSEÇÃO I**

#### **RELATIVO AO EXERCÍCIO CORRENTE**

**Art. 4º** Os valores do IPVA serão apurados aplicando-se a alíquota correspondente sobre a base de cálculo, fazendo-se a conversão para reais, tomando-se como referência o valor da UPF/BA, observado o seguinte:

**I** - se pagos até a data do vencimento utilizar a UPF/BA do mês anterior;

**II** - se pagos após a data do vencimento utilizar a UPF/BA do mês do efetivo pagamento.

#### **SUBSEÇÃO II**

## **RELATIVO A EXERCÍCIOS ANTERIORES**

**Art. 5º** Os valores do IPVA referentes aos exercícios de 1991 à 1995, serão apurados com base nos valores venais dos veículos, constantes dos anexos publicados para vigorar nos respectivos exercícios.

### **SEÇÃO II DO PAGAMENTO DO IMPOSTO E SEUS ACESSÓRIOS**

**Art. 6º** O pagamento do imposto será vinculado ao licenciamento anual do veículo e poderá ocorrer em 03 (três) parcelas mensais e sucessivas, vencendo nos dias do mês correspondente à dezena final da placa do veículo, conforme anexos V a VII desta Portaria.

§ 1º O pagamento do imposto referente a embarcações e aeronaves será efetuado obrigatoriamente em cota única até 31.05.96.

§ 2º O pagamento do imposto em atraso, relativo a exercícios anteriores, deverá ser efetuado simultaneamente à 1ª (primeira) cota ou cota única do IPVA do exercício de 1996.

§ 3º O disposto no parágrafo anterior aplica-se também na ocorrência de alienação de veículos que gozem de isenção ou imunidade, através de leilão, a partir da data da arrematação.

§ 4º O valor de cada parcela de que trata o "*caput*" deste artigo não poderá ser inferior ao correspondente a 1 (uma) UPF/BA.

§ 5º O contribuinte que não efetuar o pagamento da 1ª (primeira) parcela, no prazo previsto no anexo V desta Portaria, perderá o direito ao parcelamento.

§ 6º Ocorrendo a hipótese do proprietário do veículo não ter recebido a carta enviada pelo DETRAN, desejando optar pelo pagamento parcelado do imposto, deverá providenciá-la junto aquele órgão, antes de dirigir-se à agência bancária para efetuar o pagamento.

**Art. 7º** O pagamento do IPVA poderá ser efetuado em cota única fazendo jus a um desconto de 5% (cinco por cento) se pago até o vencimento da 1ª (primeira) parcela, com exceção das embarcações e aeronaves.

§ 1º O pagamento da cota única efetuado após o vencimento da 1ª (primeira) e até o vencimento da 3ª (terceira) parcela, não faz jus a qualquer desconto.

§ 2º O DAE/IPVA constante do DILV trará o valor do imposto expresso em UPF/BA, demonstrando:

I - o valor da cota única, integral e com o desconto de 5% (cinco por cento).

**II** - o valor de cada uma das 3 (três) cotas do parcelamento.

**Art. 8º** No ato do pagamento da 3ª (terceira) parcela ou cota única do IPVA do exercício de 1996 deverão ser pagos, integralmente, com os respectivos acréscimos moratórios, os débitos de exercícios anteriores correspondentes às multas extraídas pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN e pelo Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia - DERBA e à Taxa de Renovação Anual do Licenciamento.

**Art. 9º** O imposto devido será pago antecipadamente ao cadastramento ou alteração de dados do veículo ou do seu proprietário, no respectivo órgão do DETRAN.

**§ 1º** Aplica-se o disposto no "*caput*" deste artigo aos veículos que se enquadrem numa das seguintes situações:

**I** - perda do direito de isenção ou de imunidade;

**II** - transferência de outra Unidade da Federação, sem comprovação do pagamento do IPVA;

**III** - transferência para outra Unidade da Federação, de veículos que se encontrem cadastrada no Estado da Bahia.

**IV** - transferência do veículo da categoria particular para qualquer outra categoria que esteja beneficiada pelo instituto da imunidade ou da isenção do imposto, observado o seguinte:

**a)** integralmente se após o vencimento da 1ª parcela;

**b)** proporcionalmente se dentro do prazo previsto para o pagamento da 1ª (primeira) parcela do imposto.

**§ 2º** Na ocorrência do disposto no parágrafo antecedente, o imposto será pago obrigatoriamente em cota única.

**Art. 10.** É facultado ao contribuinte antecipar o recolhimento do imposto dentro do exercício, hipótese em que deverá solicitar ao DETRAN, no mesmo ato, a antecipação do licenciamento do veículo.

**Parágrafo único.** Para exercer a faculdade prevista neste artigo a solicitação de antecipação do licenciamento/96 deverá ser protocolizada na sede do DETRAN ou em suas circunscrições, bem como na Central BANEBA de Licenciamento, em Salvador.

#### **SEÇÃO IV**

#### **DA EXIGÊNCIA DO IMPOSTO NO LICENCIAMENTO DO VEÍCULO**

**Art. 11.** A comprovação do pagamento do IPVA correspondente ao exercício de 1996 e a exercícios anteriores, se houver, é condição indispensável ao cadastramento e licenciamento dos veículos novos ou não cadastrados no DETRAN.

## **SEÇÃO V**

### **DO DOCUMENTO UTILIZADO PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO**

**Art. 12.** O pagamento do imposto de veículos cadastrados no DETRAN far-se-á através do Documento de Arrecadação Estadual - DAE/IPVA, parte integrante do DILV, impresso em formulário contínuo, a ser emitido exclusivamente por processo eletrônico, conjuntamente com o Certificado de Registro de Licenciamento de Veículo - CRLV, Guia de Recolhimento de Serviços do DETRAN e Bilhete de Seguro DPVAT.

§ 1º Os documentos aludidos no "*caput*" deste artigo estarão à disposição dos proprietários de veículos, nas diversas agências dos agentes arrecadadores descritos no artigo 14 desta Portaria, a partir do 1º (primeiro) dia útil do mês de vencimento da 1ª (primeira) parcela e permanecerão até 31 de dezembro de 1996, tanto na Capital como no Interior.

§ 2º Efetuar-se-á o pagamento do imposto também na forma do "*caput*" deste artigo na hipótese do previsto no inciso III e da alínea "a" do inciso IV, do § 1º, do artigo 9º desta Portaria.

§ 3º O pagamento do imposto será efetuado através de DAE automatizado se:

I - relativo a veículos novos;

II - relativo a veículo não cadastrado no DETRAN;

III - ocorrido situações especiais em que não seja possível a emissão, pelo DETRAN, do documento para cobrança.

§ 4º Aplica-se também a norma do "*caput*" do parágrafo anterior na hipótese dos incisos I e II e da alínea "b" do inciso IV, do § 1º, do artigo 9º desta Portaria.

## **SEÇÃO VI**

### **DO DOCUMENTO UTILIZADO PARA PAGAMENTO DE MULTAS NÃO RELATIVAS AO IMPOSTO**

**Art. 13.** As multas por infração à Legislação de Trânsito, extraídas DETRAN e pelo DERBA, deverão ser cobradas através de Notificação de Infração de Trânsito/GR-SSP/DETRAN e de Guia de Recolhimento/GR-STC/DERBA, respectivamente.

## **SEÇÃO VII**

### **DAS CONDIÇÕES E LOCAIS PARA PAGAMENTO DO IMPOSTO**

**Art. 14.** O IPVA relativo a veículos cadastrados no DETRAN será recolhido pelo proprietário ou responsável, nas agências do Banco do Estado da Bahia S.A. - BANEBA ou do Banco do Brasil S/A, autorizadas a arrecadar o imposto e licenciar os veículos em 1996.

§ 1º Caberá ao BANEb arrecadar o imposto na Capital e no Interior do Estado.

§ 2º Caberá ao Banco do Brasil S.A. arrecadar o imposto somente no interior do Estado nos municípios onde não houver agência do BANEb;

§ 3º O DAE automatizado somente poderá ser recebido pelas agências do BANEb ou do Banco do Brasil S/A, devendo ser preenchido exclusivamente nas repartições fazendárias, respeitados os prazos de vencimento e condições previstos nesta Portaria.

## **SEÇÃO VIII**

### **DA DISPENSA DO PAGAMENTO DO IMPOSTO**

**Art. 15.** Os proprietários dos veículos que estejam beneficiados pelo instituto da imunidade ou da isenção do imposto, a teor dos incisos I do Art. 3º e IV do Art. 4º do RIPVA, deverão dirigir requerimento ao Delegado Regional da Fazenda, acompanhado das informações e dos documentos comprobatórios do atendimento da condição estabelecida, para o reconhecimento do benefício pretendido, observado o estatuído nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo.

§ 1º O ato declaratório de reconhecimento de isenção ou imunidade, utilizado para licenciamento em 1996, obedecerá às seguintes disposições:

**I** - terá caráter definitivo enquanto o veículo permanecer sob a propriedade de quem goze desses benefícios, atendidas as exigibilidades previstas em regulamento;

**II** - quando for relativo a veículos novos, o documento fiscal de aquisição deverá, obrigatoriamente, estar em nome do beneficiário da isenção ou imunidade;

**III** - quando for relativo a veículos usados, estes deverão estar cadastrados no DETRAN em nome do beneficiário da isenção ou imunidade.

§ 2º Fica dispensada, para o licenciamento do veículo, a exigência de ato declaratório de reconhecimento de imunidade quando o proprietário do veículo for órgão da administração direta do poder público Federal, Estadual ou Municipal.

§ 3º Aplica-se a inexigibilidade do ato declaratório de reconhecimento de isenção quando o veículo terrestre tenha potência inferior a 50 (cinquenta) cilindradas e quando se tratar de embarcação com motor de potência inferior a 25 (vinte e cinco) HP.

§ 4º O DAE/IPVA, constante do DILV, dos veículos enquadrados neste artigo, não deverão conter o valor do imposto impresso nos campos próprios.

§ 5º O DETRAN poderá processar o DILV a que se refere este artigo contendo, no CRLV, a expressão "IMUNE" ou "ISENTO".

**Art. 16.** Os reboques e semi-reboques, em virtude de não se tratar de veículo

automotor, serão licenciados sem a exigência de qualquer comprovação junto à Secretaria da Fazenda, relativa ao IPVA.

## **CAPÍTULO IV**

### **SEÇÃO I**

#### **DAS ROTINAS APLICÁVEIS AOS AGENTES ARRECADADORES E ÓRGÃO LICENCIADOR**

**Art. 17.** Quando o pagamento do imposto for parcelado, a autenticação das 1ª (primeira) e 2ª (segunda) parcelas será efetuada nos campos próprios do DAE/IPVA, do CRLV, constantes do DILV, e do recibo provisório constante da carta enviada pelo DETRAN ao proprietário do veículo.

§ 1º Para efeito de licenciamento, deverá ser considerada a autenticação da 3ª (terceira) parcela do IPVA no campo próprio do CRLV quando o imposto não for pago de uma só vez.

§ 2º Todo o fluxo dos documentos de arrecadação e de recursos financeiros decorrentes do disposto nesta Portaria obedecerá às normas do Sistema de Arrecadação das Receitas Estaduais - DAE automatizado.

§ 3º As anotações de baixa de pagamento do imposto nos cadastros do DETRAN só poderá ocorrer através de processamento eletrônico de dados, mediante meio magnético, com informações extraídas do sistema de arrecadação das receitas tributárias do Estado da Bahia, observada a situação descrita no artigo 18 desta Portaria.

### **SEÇÃO II**

#### **DA OCORRÊNCIA DO INDÉBITO E DO DESACORDO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

##### **SUBSEÇÃO I DO INDÉBITO**

**Art. 18.** Na ocorrência da documentação (carta) relativa à cobrança do imposto constar débitos de IPVA de exercícios anteriores que já tenham sido pagos, o contribuinte deverá dirigir-se às repartições fazendárias (Delegacias e Inspetorias, no interior do Estado, e Gerência de Arrecadação - GEARC, na capital), munido dos documentos de pagamento originais, para, se for o caso, emissão de certidão respectiva e, após, proceder conforme dispõe o artigo 19 desta Portaria.

##### **SUBSEÇÃO II**

#### **DO DESACORDO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

**Art. 19.** Havendo desacordo entre a documentação relativa à cobrança do imposto e os valores do IPVA calculados com base nos anexos de que trata o artigo 1º desta Portaria, ou quando esta documentação não tiver sido emitida, o vencimento do imposto ocorrerá no último dia útil do mês da emissão do novo DAE/IPVA pelo DETRAN, desde

que emitido em prazo nunca inferior a 10 (dez) dias do novo vencimento.

§ 1º Para efeito de regularização do valor a pagar do imposto de veículo cadastrado, o contribuinte deverá dirigir-se à sede do DETRAN ou às suas circunscrições para protocolizar o pedido apropriado.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, deverá ser emitido um novo DAE/IPVA a ser pago juntamente com a renovação anual do licenciamento, na agência arrecadadora do município de licenciamento do veículo ou no Posto do BANEBA existente naquele órgão e na Central BANEBA de Licenciamento, ambos em Salvador.

§ 3º Os pedidos de regularização protocolizados no DETRAN, na ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, ou nas repartições fazendárias, na forma do artigo antecedente, terão a garantia do pagamento do imposto, sem acréscimos moratórios, se atendidas as condições estabelecidas no parágrafo seguinte.

§ 4º O valor do imposto, calculado em decorrência dos pedidos de regularização previstos no parágrafo antecedente, será pago da seguinte forma:

I - com 5% (cinco por cento) de desconto se até o vencimento da 1ª (primeira) parcela;

II - sem qualquer desconto se após o vencimento da 1ª (primeira) e até o vencimento da 3ª (terceira) parcela ou cota única;

§ 5º Ocorrendo a hipótese da protocolização aludida no § 3º deste artigo se verificar após o vencimento da 3ª parcela ou cota única o imposto será pago de uma só vez e sem qualquer desconto, calculado com base na UPF/BA, do mês do pagamento, e com os acréscimos moratórios devidos.

## **CAPÍTULO V DAS PENALIDADES E OUTRAS COMINAÇÕES**

### **SEÇÃO I RELATIVAS AO PAGAMENTO DO IMPOSTO COM ATRASO**

**Art. 20.** O imposto pago fora dos prazos estabelecidos nos anexos VI e VII desta Portaria será calculado com base na UPF/BA. do mês do pagamento.

**Art. 21.** Incidirão acréscimos moratórios quando:

I - o imposto tiver seu pagamento efetuado fora dos prazos previstos nesta Portaria;

II - o pagamento do imposto corresponder a débito de exercícios anteriores;

III - o imposto devido por proprietários de veículos novos, for pago após 30 (trinta) dias da data de emissão da Nota Fiscal ou documento correspondente à aquisição do



veículo;

**IV** - o pagamento de multas extraídas pelo - DETRAN e pelo DERBA e da Taxa de Renovação Anual do Licenciamento corresponder a exercícios anteriores.

**Art. 22.** Os acréscimos moratórios, aplicáveis aos casos previstos nesta Portaria, obedecerão ao disposto na legislação vigente.

## **SEÇÃO II**

### **RELATIVAS AO NÃO PAGAMENTO DO IMPOSTO**

**Art. 23.** O proprietário ou possuidor de veículo automotor que transitar com o mesmo sem o comprovante de pagamento do imposto, ficará sujeito à exigência do seu imediato recolhimento, com os acréscimos moratórios devidos, sem prejuízo da aplicação da norma da seção anterior e da apreensão do veículo, na forma que dispuser a Legislação de Trânsito.

## **CAPÍTULO VI**

### **DISPOSIÇÕES DIVERSAS**

**Art. 24.** Os proprietários de veículos, alcançados pela norma do artigo 15 desta Portaria, ficam obrigados a encaminhar ao DETRAN, até as datas da tabela abaixo indicada, a relação dos veículos alienados ou sinistrados:

#### **TERMINAÇÃO DA PLACA ENCAMINHAR A RELAÇÃO**

1 e 2	até 10/01/96
3 e 4	até 09/02/96
5 e 6	até 08/03/96
7 e 8	até 10/04/96
9 e 0	até 10/05/96

**Art. 25.** Fica o Diretor do Departamento de Administração Tributária autorizado a expedir as Instruções Normativas necessárias ao fiel cumprimento desta Portaria, especialmente a inclusão, exclusão ou alteração, nos anexos de que trata o artigo 1º, de marcas e modelos de veículos.

**Art. 26.** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1996, revogadas as disposições em contrário.

**RODOLPHO TOURINHO**  
Secretário